



## GÊNERO E SEXUALIDADE NOS PLANOS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO

Andressa Comiotto – História/FAPERGS/ULBRA  
Bianca Salazar Guizzo – PPGEDU/ULBRA

**INTRODUÇÃO:** A partir das contribuições dos Estudos Culturais e dos Estudos de Gênero de viés pós-estruturalista, neste trabalho em específico o principal objetivo é apresentar e discutir o que vem sendo proposto (ou não) sobre as questões de gênero e sexualidade nos Planos Nacionais de Educação. Nesse trabalho foi escolhido para análise o Plano Nacional de Educação referente aos anos de 2001-2010. Vale ressaltar que este presente trabalho é fruto de um projeto maior de pesquisa, intitulado “Lugares e Sentidos das Ações Pedagógicas relacionadas ao respeito às diversidades de gênero e sexualidade na Educação Básica”.

**METODOLOGIA:** Inicialmente, foram feitas pesquisas bibliográficas no âmbito teórico da pesquisa, bem como uma leitura atenta do documento que serviu de base para as discussões que aqui serão apresentadas, qual seja, o Plano Nacional de Educação referente aos anos de 2001-2010.

**RESULTADOS E DISCUSSÕES:** No ano de 2001 um importante documento para o campo da Educação Básica tornou-se pauta de relevantes discussões: O Plano Nacional de Educação (PNE/Lei 10.172/2001) que estabelecia metas a serem alcançadas nas diferentes etapas da Educação Básica. Neste PNE foram trazidas importantes informações sobre a promoção de uma sociedade menos desigual no que diz respeito a gênero e sexualidade. Nos objetivos para o Ensino Superior incluía-se a necessidade de se debater nos cursos de formação de professores temas como gênero e educação sexual, articulados a noções de justiça e respeito mútuo. Entretanto, esse PNE cujo fim deu-se em 2011, não foi colocado em prática de forma efetiva, ou seja, muitos de seus objetivos não foram atingidos de forma ampla.

**CONCLUSÃO:** É possível perceber que nas últimas décadas tem havido a inclusão das temáticas de gênero e sexualidade em documentos que deveriam pautar aquilo que é desenvolvido nas escolas. Ter estas questões incluídas em documentos oficiais legais é importante politicamente, mas ainda não é suficiente para que sejam trabalhadas e discutidas nas instituições de ensino.